

# MANIFESTO ELEITORAL DO MRPP MANDATO POPULAR

comício do MRPP  
SEXTA-10 às 21H  
C. Recreio B. Norton  
de MATOS



## 1. A RAZÃO

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), ao virem reclamar, para si e para o seu Partido, a confiança e o voto do povo nas eleições a que se propõem para as autarquias locais e a realizar no próximo dia 12 de Dezembro, fazem-no conscientes da pesada responsabilidade política que assumem perante esse mesmo povo, mas convictos também de que esse é o mandato imperativo, imposto à sua consciência de cidadãos e trabalhadores revolucionários pela situação degradante e calamitosa em que vive — se a isso se pode chamar viver! — a imensa maioria das famílias trabalhadoras do nosso país, esmagadas pelo desemprego, pela vida sempre mais cara, pela doença, a fome e a miséria.

Côncios da responsabilidade em que se constituem e de quais sejam efectivamente os legítimos interesses e as justas aspirações do povo — jamais realizadas, convém frisar, a despeito das mil e uma promessas demagógicas dos sucessivos governos e de todos os políticos e partidos governamentais oportunistas e traidores —, os candidatos do MRPP estão firmemente decididos a baterem-se pelas reivindicações das classes trabalhadoras e a lutarem pela satisfação dos seus anseios a uma vida nova, digna de ser vivida, numa sociedade sem exploradores nem opressores.

A nossa determinação de servir e lutar em defesa do povo é encorajada pelas gloriosas tradições de luta do nosso povo trabalhador e é fortalecida pela convicção em que nos encontramos de que o programa político, com que nos submetemos ao sufrágio popular, contém uma solução justa e precisa para os problemas, muitas vezes dramáticos, nos quais o povo se debate.

Tal é a razão da nossa candidatura: a razão do seu mandato popular; e, no fundo, a razão do vosso voto: o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular!

## 2. OS PRINCÍPIOS

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) — em cujas listas se inclui um bom

número de homens e mulheres sem partido, mas desejosos de participar no movimento popular ao lado do nosso Partido e honrando-o com a sua confiança nele — pretendem deixar bem expresso que o seu programa político não se destina a contentar gregos e troianos, a estar bem com Deus e o Diabo e a pesar com o mesmo peso os explorados e os exploradores.

Para defender consequentemente o povo, é preciso atacar sem desfalecimento os inimigos do povo e derrubá-los: é preciso derrubar o sistema de exploração e o poder político dos latifundiários e grandes agrários, dos monopólios nacionais e estrangeiros, dos velhos e dos novos fascistas e dos governos e partidos que, com mais máscara ou menos máscara, no fundo só a eles representam.

Ao invés desses partidos, os candidatos do MRPP

- defendem e apoiam com todas as suas forças a luta da nossa gloriosa classe operária pela aplicação imediata da semana das 40 horas, pela conquista do pão para si e para os seus filhos, pela melhoria das condições de vida e de trabalho e por uma sociedade nova sem exploração do homem pelo homem;
- apoiam e defendem sem ambiguidades a luta dos assalariados rurais contra a exploração e opressão latifundiária, sustentando que a terra é de quem a trabalha e que o movimento dos proletários do campo saberá escorraçar do seu seio todos os oportunistas e traidores, candidatos a novos-patrões;
- defendem e apoiam com determinação o povo pobre dos nossos bairros e as suas justas aspirações a uma existência e habitação condignas;
- apoiam e defendem sem tergiversar a luta dos pescadores contra a escravidão assalariada, contra os velhos Tenreiros fascistas e os novos Tenreiros social-fascistas e contra a usurpação das nossas riquezas marítimas pelos imperialistas e social-imperialistas, postulando a aplicação imediata do princípio das 200 milhas de mar;
- defendem e apoiam com decisão a luta dos 500.000 homens e mulheres sem trabalho, lançados fora das fábricas e dos campos e morrendo lentamente na mais extrema das misérias;
- apoiam e defendem sem equívocos a luta dos camponeses pobres e dos pequenos e médios camponeses,

dos seareiros e reideiros, contra a exploração dos latifundiários e terratenentes, contra a opressão da burocracia estatal, a ausência de crédito agrícola barato, a inexistência de preços fixos e compensadores para os principais produtos agrícolas e a usurpação dos resultados do seu trabalho pela sangria da renda e do imposto;

- defendem e apoiam com firmeza a luta dos soldados e marinheiros e outros militares progressistas contra o militarismo fascista, as arbitrariedades da oficialagem e pela salvaguarda das liberdades e direitos democráticos dos filhos do povo na tropa, incluindo a liberdade de expressão e o direito de organização;
- apoiam e defendem sem sofismas a completa e efectiva igualdade de direitos para a mulher trabalhadora, o princípio do salário igual para trabalho igual e o combate, dum enorme alcance histórico, que travam as mulheres trabalhadoras contra as duas opressões e as duas escravidões;
- defendem e apoiam com resolução a luta, que é de todo o povo, pelo regresso dos nossos emigrantes, opondo-se a que continuem a ser tratados como portugueses de 2.<sup>a</sup> e mealheiros dos capitalistas;
- apoiam e defendem sem tibiezas a luta de centenas de milhares de empregados e outros trabalhadores contra a crescente exploração a que são submetidos: bem como as camadas pobres e médias dos funcionários públicos e funcionários administrativos nas suas lutas democráticas e no combate pelo reforço da sua organização, designadamente sindical;
- defendem e apoiam com entusiasmo e a maior solicitude a luta da juventude estudantil e dos professores progressistas por um Ensino ao serviço do povo e uma Escola amplamente aberta aos filhos dos trabalhadores;
- apoiam e defendem sem abandono a luta de toda a intelectualidade progressista e revolucionária, contra o obscurantismo e a agressão cultural e ideológica do imperialismo e do social-imperialismo e ainda os esforços dessa intelectualidade para preservar os nossos valores culturais democráticos e patrióticos e ajudar a erigir uma Cultura Nova, ao serviço do povo e da revolução;
- defendem e apoiam com vigor a luta dos pequenos comerciantes e dos pequenos industriais contra a rapina que lhes movem os monopólios e a ruína para onde os precipitam a asfixia fiscal, a inflação, o empolamento dos juros e das dívidas, a concorrência imperialista e social-imperialista e a política monopolista dos governos do grande capital (estatalizado ou não);
- apoiam e defendem, sem se deixarem tolgem por apreciações demagógicas, a luta dos retornados pobres, vítimas do colonialismo revisionista soviético e da incapacidade e incórcia de sete governos provisórios.

Em suma, os candidatos do MRPP submetem-se ao sufrágio de 12 de Dezembro, no intuito de defenderem e apoiarem as lutas e as aspirações dos que vivem do seu trabalho, e na disposição férrea de, juntamente com eles, combaterem os parasitas que vivem do suor e trabalho alheios.

Tais são os princípios que animam a nossa candidatura; os princípios que enformam o seu mandato popular; e, na verdade, os princípios do vosso voto: **o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular!**

### 3. A POLÍTICA

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) estão perfeitamente cientes — e fazem questão de o salientar, a fim de que a consciência do povo se robusteça na verdade e não se amoleça na demagogia e no oportunismo — de que aqueles justos princípios populares, por que nos norteamos e batemos, não podem ser alcançados dum golpe, mas sim através dum luta dura, sinuosa e prolongada.

Nesse sentido, a participação unida do nosso Partido e do povo na luta em curso pelas autarquias locais é, fundamentalmente, a participação necessária numa das muitas batalhas que o povo terá de travar, no caminho da sua própria emancipação e libertação.

Mas uma batalha política de grande importância e significado, na actual situação e nas actuais circunstâncias. Trata-se de saber se o povo vai deixar, como tem acontecido até agora, que os seus inimigos burgueses falem em nome do povo, escolham em seu nome e em seu nome tomem as decisões mais arbitrarias e anti-populares; ou se, ao contrário, o povo vai ousar falar com a sua própria boca, atrever-se a eleger os seus legítimos e fiéis representantes

e garantir, assim, a aplicação dum política popular, justa.

É precisamente porque teme que o povo ouse levantar-se, se atreva a pensar e a falar e se disponha a transformar estas eleições numa batalha pela sua emancipação política, que o governo do dr. Mário Soares tem feito insistentemente saber que não desejava, nesta altura, "uma campanha eleitoral política"...

Naturalmente, as vózes do dr. Mário Soares não chegam ao céu; mas o que elas, no fundo, traem e revelam é que ele não está, de maneira nenhuma, interessado em que o povo desmascare abertamente esse governo falsamente socialista, o chame a capitulo e lhe pergunte, de norte a sul do país, onde está a realização das promessas demagógicas do dr. Soares e do partido dito socialista, à cerca do "pão", da "reconstrução nacional" e do "bem-estar do povo", tão prodigamente esbanjadas nas campanhas eleitorais anteriores — essas sim, desejavelmente políticas! — quando o dr. Soares e o seu partido estavam fora do governo (leia-se, fora do tacho, das lutas do orçamento e da maquia dos impostos) ou em minoria no interior dele.

Ou será que para o partido e o governo do "socialismo em liberdade", tal como antigamente para os governos fascistas de Salazar e Caetano, as eleições deixaram de ser coisas políticas, passaram a ser coisas "cívicas" como o passeio no Chiado, e o povo não pode ou não deve já falar mais de política?

Ou será que os chamados problemas locais, do âmbito da freguesia e do concelho, não são problemas efectivamente políticos e indiscutivelmente importantes? É que, em boa verdade, não há problemas nacionais que não tenham manifestações e reflexos directos ao nível local, assim como não há problemas que possam ser algum dia resolvidos fora do quadro dum solução geral nacional, política portanto. Se os trinta e um meses decorridos depois do 25 de Abril ensinaram alguma coisa ao povo — e ensinaram-lhe efectivamente muito — foi que não há nenhum problema do povo, dos locais aos nacionais, dos grandes aos pequenos e dos pequenos aos ínfimos, que não seja um problema político, reclamando um exame político e postulando uma solução política de classe.

Como, então, querer uma campanha "apolítica"? Não tem sido esse o desejo manifesto de todos os fascistas, de todos os techistas, de toda a canalha cunhalista, dos caciques que querem conservar a todo o custo os seus lugares no Estado, dos inimigos do povo aboletados à mesa do orçamento? Sem dúvida que tem sido — e o povo conhece já tanto essa lenga-lenga, como os interesses rapinantes dos seus autores.

Mas, enquanto o partido do governo, já desmascarado na sua prática política e crescentemente isolado nestes quatro meses de Ministério, pretende umas eleições "apolíticas", outros partidos, também igualmente desmascarados aos olhos do povo, por tudo o que de reaccionário fizeram e deixaram fazer ou de fazer, querem uma "campanha apartidária"...

É o caso da famigerada "frente eleitoral povo unido", o pseudónimo mais recente do partido social-fascista de Barreirinhas Cunhal — o P<sup>2</sup>C<sup>2</sup>P. Enquanto o nosso povo ainda não conhecia bem a verdadeira face do P<sup>2</sup>C<sup>2</sup>P, a tropa de Barreirinhas Cunhal apareceu, em todas as eleições fascistas dos tempos de Salazar e Caetano, a reclamar as "amplas liberdades" e o direito fundamental de "constituição de partidos políticos". Porém agora, que os partidos podem existir e revelar-se à luz do dia, a mesma tropa fandanga, rompidá por todas as costuras a sua máscara "socialista" e "democrática", vê-se obrigada a esconder o seu próprio partido atrás da cortina de fumo dum "frente eleitoral", pretensamente "apartidária"...

Não é isso uma demonstração iniludível de que os social-fascistas temem o povo, estão contra ele e procuram esconder a sua nudez reaccionária com a folha de parreira da "FEPU"?

Esconder os oportunistas de todos os matizes é também a função dos GDUPs do sr. Otelo Saraiva de Carvalho, atrás do qual se oculta um verdadeiro jardim zoológico da política. Uma babilónia de partidos e grupúsculos, os gdupelhos, temerosos da luz do dia e de assumir as suas responsabilidades políticas de partidos perante o povo, perfila-se à retaguarda da ridícula marioneta política que comandou o defunto COPCON.

O "programa" económico e político destes anarquistas, radicalistas e bombistas resume-se e contém-se numa só frase, que é a aliteração verbal do velho manguito lusitano: "Os ricos que paguem a crise"... Se estas palavras acéfalas, e quase pornográficas, têm algum sentido, é o de que os capitalistas podem e devem continuar a existir, contanto que paguem a crise; e que a crise pode e deve continuar a viver, contanto que os capitalistas a paguem...

Porém, como crise e capitalismo são uma e a mesma coisa; como é da essência da crise que o povo é que a sofre e paga; como o povo sofre e é explorado pelo capitalismo, mesmo nos períodos em que a crise não se manifesta — segue-se que esta gente guedelhuda, apesar da verborreia que a caracteriza, constituiu-se na mais estranha defensora política do capitalismo e da crise. "Os ricos que paguem a crise" é um "programa" que tem, ao fim e ao cabo, o mesmo valor "científico" e o mesmo resultado prático duma oração a Santa Bárbara num dia de raios e cometas.

Tão pouco deve o povo deixar-se iludir pelos "democratas" da última hora, porque eles ocultam, sob o verniz da frase "democrática", a sua verdadeira natureza de aves de rapina. Eles irão, inevitavelmente, apresentar-se a estas eleições para as autarquias locais com os consabidos "programas tecnocráticos", defendendo a "eficácia" das soluções, a "viabilidade" dos projectos e a "competência" dos técnicos e dos doutores — o que é a sua forma preferida de chamar "incapaz", estúpido e "ignorante" ao povo, de quem pretendem todavia caçar os votos. São velhos charlatões políticos, já instalados nos ministérios, nas juntas e nas câmaras, onde nada, que servisse o povo, até hoje realizaram, embora arranjem sempre maneira de lançar as culpas e as responsabilidades para cima dos parceiros. Tal é o caso dos partidos CDS e PSD.

O partido do Centro Democrático Social — que surge frequentemente associado a um aborto político nauseabundo, chamado P<sup>C</sup>P ("m-H")/AOC — é o partido dos latifundiários, dos grandes agrários, dos roceiros colonialistas e dum sector dos monopólios imperialistas, no seio do qual, à volta do qual e atrás do qual partido se agacham os fascistas do antigo regime, à espera de melhor oportunidade para saltarem sobre as nossas costas. Assim como o Partido Social-Democrata — que também já se viu forçado a abandonar a farsa do termo "popular" que engastara no nome — é um partido dos capitalistas que, apesar de certas veleidades à "independência nacional", nenhuma política justa de princípio pode defender para o nosso povo.

O povo português tem uma rica tradição de luta e uma relativamente grande experiência política, que deve pôr plenamente em jogo nas presentes eleições para as autarquias locais e na escolha dos seus candidatos, os candidatos do MRPP.

Todos os governos que o povo português conheceu nestes últimos cinquenta anos — todos os governos de Salazar, de Caetano, de Palma Carlos, de Vasco Gonçalves, de Pinheiro de Azevedo e de Mário Soares; todos os governos da UN, da ANP, do P<sup>C</sup>P, do PSD e do P<sup>S</sup> — têm de característico comum o facto de que, debaixo deles, a situação e a vida do povo não só não melhorou numa vírgula, como se foi agravando e piorando sempre; que todos, em todas as alturas e particularmente nos momentos de crise e nos períodos eleitorais, prometeram mundos e fundos, sem que uma só vez tenham cumprido uma única das suas promessas e ao arrecadar dos votos dos eleitores, vieram sempre "explicar" às massas a necessidade de tomarem "medidas anti-populares", em nome dos "sagrados" interesses da "nação" e do "país".

Todavia, nem um só desses governos, nem um único desses partidos, nem apenas um desses políticos algum dia considerou que era preciso tomar, ou tomou, **as medidas populares, medidas contra os inimigos do povo, medidas contra os seus exploradores.** Naturalmente, isto é assim, porque todos esses governos (sem excepção), todos esses partidos (sem excepção) e todos esses políticos (sem excepção) são inimigos ou falsos amigos (o que vem a dar no mesmo) do povo, e amigos ou falsos inimigos (o que vem ainda a dar no mesmo) dos capitalistas e dos exploradores.

Os candidatos do MRPP consideram que a situação de crise aguda que o nosso país atravessa, de bancarrota económica iminente, de carestia de vida, de desemprego e de miséria para o povo não se compece com paliativos nem demagogias, mas exige medidas práticas urgentes, soluções profundas e radicais, medidas **políticas** exclusivamente **populares.** Medidas que sirvam o povo, que vão ao encontro das aspirações de mais de noventa por cento da população portuguesa e que, naturalmente, vão contra os interesses estabelecidos da pequena minoria de exploradores e opressores.

Medidas políticas susceptíveis de libertar a capacidade criadora do povo trabalhador, de galvanizar as suas energias para a luta, de mobilizá-lo para tomar o seu destino em suas próprias mãos. Medidas que terão de consistir fundamentalmente:

- na expropriação das terras dos latifundiários e grandes agrários e na sua entrega aos assalariados rurais e aos

camponeses pobres (lembramos que as explorações agrícolas com mais de 50 hectares representavam apenas 12 por cento do total das explorações existentes, antes do 25 de Abril, e que ocupavam mais de metade de toda a área cultivada);

- na nacionalização de todos os monopólios estrangeiros (da Timex à Aminter), e bem assim na confiscação da propriedade dos capitalistas portugueses que sabotem a produção e boicotem a aplicação do Plano;
- no inventário de todas as riquezas nacionais, na sua utilização planeada para servir os interesses dos trabalhadores e na definição do princípio de que o povo português deve basear-se nas suas próprias forças;
- na planificação e controlo de toda a produção pelos trabalhadores (operários, camponeses e técnicos);
- na planificação e controlo de todo o consumo pelos trabalhadores, através das suas organizações populares;
- na criação dum banco nacional único e controlo do sistema bancário (reservas, depósitos e crédito) pelos órgãos que exprimam a vontade do povo trabalhador;
- na aplicação imediata da semana das 40 horas;
- no inventário da força de trabalho nacional, planeamento da sua aplicação e controlo pelos próprios trabalhadores, e na instituição do sistema do trabalho obrigatório para todos;
- na aplicação duma política que tome a agricultura como base e a indústria como o factor dirigente;
- na fixação de preços agrícolas compensadores e estáveis; no controlo dos preços e na eliminação da inflação;
- no auxílio aos pequenos camponeses, comerciantes e industriais, estimulando a entre-ajuda e a cooperação, bem como na salvaguarda dos interesses dos médios empresários democratas e patriotas;
- na aplicação de medidas severas e exemplares contra os sabotadores, os açambarcadores, os especuladores e a corrupção.

Tal é a política que preside à nossa candidatura; a política que norteia o seu mandato popular; e, na realidade, a política do vosso voto: **o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular!**

#### 4. O PROGRAMA

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) estão persuadidos de que o povo conhece bem a verdadeira natureza das autarquias locais, cuja existência, actuação e burocracia sempre constituíram um dos instrumentos mais penosos da exploração e opressão das massas trabalhadoras.

Nos anos das camarilhas salazarista e marcelista, os regedores, as câmaras e as juntas foram para os operários, os camponeses e todo o povo trabalhador os tentáculos dum polvo imenso que os manietava e sugava, através das licenças e do papel selado, dos impostos e dos fiscais, dos polícias e dos caciques, dos calabouços e das multas.

Apesar de todas as esperanças em contrário, o papel das autarquias locais, relativamente ao povo, não se alterou substancialmente depois do golpe de estado militar do 25 de Abril. Os diversos partidos burgueses, do CDS ao P<sup>C</sup>P, tomaram de assalto juntas e câmaras, defenderam ferozmente a permanência desses instrumentos tais como o fascismo os tinha deixado, e passaram a servir-se deles em seu proveito e contra o povo, continuando a rapiná-lo e a oprimi-lo.

Foi por isso que, em muitos lugares, o povo criou e pôs de pé, ao lado das câmaras e das juntas e contra elas, um outro tipo de órgãos locais, embriões dum novo poder, popular, sem burocratas nem parasitas, sem fiscais nem calabouços, sem multas nem impostos, mas incomparavelmente aptos a exprimir as reivindicações e o querer das massas: os órgãos de vontade popular, materializados nas comissões de moradores, comissões de bairro, de aldeia e assembleias populares.

Sem prejuízo da defesa e salvaguarda dos órgãos de vontade popular — que, quando dirigidos por uma política correcta e limpos de oportunistas e traidores social-fascistas, são uma arma fundamental do movimento popular — os candidatos do MRPP estimam que, quaisquer que sejam os limites reais, as assembleias municipais e de freguesia e as câmaras municipais, se nas mãos do povo e preenchidas pelos seus genuínos representantes, podem constituir-se, nas presentes circunstâncias, em importantes alavancas no fortalecimento da unidade popular e no desenvolvimento da sua consciência e capacidade de luta.

Tudo está em saber quais os princípios, a política e o programa, qual o **mandato popular**, que o povo deve impor aos seus candidatos e cujo cumprimento lhes deve escrupulosamente exigir.

Nesta perspectiva, os candidatos do MRPP submetem ao sufrágio popular de 12 de Dezembro o seguinte PROGRAMA DE ACÇÃO para as autarquias locais, o qual programa se deve entender no âmbito dos princípios e como instrumento da política acima definidos.

### 1. SERVIR O POVO

Os candidatos do MRPP orientarão toda a sua actividade nos órgãos das autarquias locais, para onde venham a ser eleitos, pelo princípio de servir o povo e combater os inimigos do povo.

**Tudo pelo povo, nada contra o povo!**

### 2. CONTROLO POPULAR

Os candidatos do MRPP desejam assumir plenamente as suas responsabilidades políticas, pelo que incentivarão que a sua acção, nas autarquias e fora delas, seja objecto de vigilância e controlo pelas massas populares, às quais procurarão consultar amiúde, escutar atentamente e suscitarem a sua activa participação, instituindo o sistema de reuniões com o povo e de assembleias populares deliberativas, por forma a que haja a mais ampla colaboração na definição dos caminhos a seguir e na execução dos projectos gizados.

É preciso criar uma situação em que a burocracia e a opressão, estruturais nos órgãos autárquicos, sejam firmemente combatidas e não paralizem as exigências e reivindicações dos trabalhadores e o desenvolvimento da prática da democracia.

**Pelo controlo do povo sobre a acção das autarquias!**

### 3. PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA

Os candidatos do MRPP sabem, e todos os trabalhadores têm disso uma profunda experiência, que, sem a tomada do poder político pelo povo, não haverá nunca nem verdadeira liberdade nem autêntica democracia para o povo. As "amplas liberdades" burguesas, consignadas designadamente na Constituição, não passam, na prática, de uma declaração fraudulenta dos capitalistas, porquanto não são asseguradas às massas — e são-lhes mesmo negadas — as condições políticas, económicas, materiais e concretas da sua realização.

Que significação tem falar do "direito à vida", quando os reformados morrem à mingua, as crianças sem assistência e os doentes sem tratamento? Que sentido tem consignar-se o "direito ao trabalho", quando há meio milhão de desempregados e outro meio milhão de retornados sem emprego? Que significado tem postular-se o "direito à livre expressão do pensamento", quando a rádio não transmite a voz do povo, os jornais não a escutam e as salas de reuniões, o papel e as tipografias lhe são escaoteadas?

Os candidatos do MRPP tudo farão, sendo eleitos, para dar a palavra ao povo e às suas organizações democráticas, pondo inteiramente à sua disposição, gratuitamente, sem entraves nem burocracias, todos os meios políticos e materiais disponíveis para que o povo faça ouvir a sua voz e possa exprimir os seus pontos de vista e as suas exigências. E lutarão denodadamente para que se instaure entre o povo uma situação democrática, de respeito e livre discussão das diversas opiniões das massas e de repúdio das práticas e métodos terroristas fascistas e social-fascistas.

**Liberdade e democracia para o povo!**

### 4. APOIO AOS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR

Os candidatos do MRPP apoiarão firmemente a acção dos órgãos de vontade popular, nomeadamente a actividade e planos das comissões de moradores, comissões de bairro, conselhos de aldeia e assembleias populares; manterão com eles uma colaboração estreita, consultando-os, anotando as suas reivindicações, apoiando-as materialmente, aceitando o seu conselho e suscitando o controlo sobre a própria actividade dos órgãos autárquicos.

Neste espírito, juntarão às do povo as suas forças para escorçoar os oportunistas e traidores que se acointem nos órgãos de vontade popular.

**Apoio firme aos órgãos de vontade popular!**

### 5. PELA UNIDADE DO POVO

Os candidatos do MRPP promoverão a entra-ajuda e a cooperação no seio do povo trabalhador, fomentando, estimulando e apoiando as iniciativas populares nesse sentido,

e lutarão contra os oportunistas e as ideias divisionistas que os inimigos do povo procuram espalhar entre as massas.

Sem uma forte unidade, assegurada por uma forte organização e baseada nos interesses genuínos do povo e na defesa dos princípios populares, o povo nada terá.

**Unidade, luta, vitória!**

### 6. A LUTA PELO PÃO

Os candidatos do MRPP denunciarão todas as medidas anti-operárias e anti-populares do governo e do Estado, designadamente a sua política económica e salarial, que tem sido boa para os monopólios e para os imperialistas e social-imperialistas, mas que tem sido de bancarrota para a nação, de ruína para o país e de miséria para o povo.

Os candidatos do MRPP entendem que a luta contra a carestia de vida, contra o desemprego e pelo pão deve ser organizada também no âmbito das autarquias, particularmente nos bairros pobres e nas grandes concentrações operárias, e deve ter o apoio inequívoco dos órgãos autárquicos, se estes verdadeiramente estiverem preenchidos por mandatários do povo.

**Contra a carestia! Contra o desemprego! Em frente na luta pelo pão!**

### 7. POR UMA HABITAÇÃO CONDIGNA

Os candidatos do MRPP conclamarão o povo e mobilizarão todos os esforços para uma luta tenaz em defesa do direito dos trabalhadores a uma habitação condigna e barata — coisa que o Estado dos capitalistas sempre lhes tem negado, não está interessado em resolver, nem resolve.

Sem prejuízo da elaboração de planos e de medidas de luta para exigir do Estado e do Governo uma solução de fundo para este problema, os candidatos do MRPP orientarão também a sua acção para a batalha da melhoria imediata das condições de habitabilidade nos bairros pobres, cujo povo não vai ficar à espera de que, em nome das "grandes soluções", não se tome nenhuma solução.

Os candidatos do MRPP porão a nu as fraudes, roubos e especulações que têm sido feitos com os terrenos camarários, incluindo a denúncia do nome dos especuladores e dos montantes das especulações, e adoptarão logo medidas contra a burocracia e as peias municipais, relativamente à construção de habitações para o povo.

Os candidatos do MRPP denunciarão e combaterão sem tréguas os chamados "planos de urbanização" capitalistas que são, simultaneamente, uma fonte organizada de roubo e especulação, de expulsão dos trabalhadores para fora da cidade, de criação de bairros de lata e de liquidação de qualquer tipo de construção de habitações para o povo. Em contrapartida, os candidatos do MRPP elaborarão planos de urbanização, tendo primordialmente em vista os interesses do povo trabalhador, colocando os terrenos municipais e autárquicos, juntamente com outros a expropriar aos capitalistas, ao serviço da edificação de habitações de renda económica e de substituição acelerada dos bairros de lata, das "vilas" e favelas.

Os candidatos do MRPP estão contra, e combaterão, a política governamental de desalojamento do povo das casas que foram ocupadas; estão contra, e combaterão, o projecto do actual governo de descongelar as rendas de casa; e defendem que o Estado deve confiscar as casas que os capitalistas têm a mais e colocá-las imediatamente à disposição dos trabalhadores, para serem habitadas mediante renda compatível com os seus salários.

**Por uma habitação condigna e barata!**

### 8. A QUESTÃO DAS CONCESSÕES E DOS SERVIÇOS AUTÓNOMOS

Sendo eleitos, os candidatos do MRPP submeterão a uma completa revisão todas as concessões efectuadas pelas autarquias a empresas e capitalistas particulares, porquanto essas concessões, dum maneira geral, não servem o povo nem têm em atenção os seus interesses, e foram quase sempre o produto da corrupção dos altos funcionários administrativos, do compadrio e nepotismo dos dirigentes autárquicos, do mesmo modo que são uma fonte de enriquecimento e lucros fabulosos para os concessionários.

Relativamente às actividades produtivas integradas em serviços autónomos municipalizados, os candidatos do MRPP reestruturá-los-ão, tendo em vista a melhoria do serviço público cujas necessidades visam satisfazer, a participação dos utentes na sua gestão, e o controlo dos trabalhadores desses serviços sobre a produção.

**Pelo controlo do povo sobre a produção!**

**9. A QUESTÃO DOS BALDIOS**

Os candidatos do MRPP condenam a política de usuração dos baldios ao povo — política iniciada pelos governos fascistas, prosseguida pelos governos provisórios e mantida pelo governo constitucional — entendendo que os baldios e outros terrenos comuns nas mesmas condições devem ser integralmente restituídos ao povo e colocados sob a administração de comissões ou juntas populares eleitas.

**Os baldios são do povo!**

**10. A QUESTÃO DOS ABASTECIMENTOS**

Os candidatos do MRPP estão decididos a chamar o povo e a mobilizá-lo para a organização e controlo dos abastecimentos e consumo, particularmente nesta altura em que a escassez de produtos de primeira necessidade é um facto generalizadamente sentido pelos trabalhadores e uma das manifestações mais penosas da bancarrota económica e da exploração capitalista.

Os candidatos do MRPP entendem que o povo deve mover uma luta implacável contra a exploração de que é vítima e, desde já, contra os intermediários e toda a espécie de açambarcadores e especuladores, os quais, devemos salientar, têm a sua protecção e o exemplo na especulação e no açambarcamento promovidos pelos próprios organismos governamentais.

Os candidatos do MRPP esforçar-se-ão por que o povo organize a sua luta e autodefesa económicas e, designadamente, edifique cooperativas de consumo, de crédito e de habitação, como forma de fazer imediatamente face às dificuldades e problemas mais prementes.

**Pelo controlo do povo sobre o consumo!**

**11. APOIO À MULHER TRABALHADORA**

Os candidatos do MRPP, atenta a situação em que vive e luta a mulher trabalhadora, duplamente explorada e oprimida, entendem que os órgãos eleitos das autarquias locais devem decididamente apoiar as justas lutas das mulheres trabalhadoras e dedicar um especial cuidado à criação das condições materiais que lhe permitam uma participação completa na vida política e na resolução dos negócios do povo.

Nomeadamente no que concerne às actividades de assistência, as autarquias devem proceder à instalação de equipamentos sociais destinados a subtrair a mulher trabalhadora às acabrunhantes actividades domésticas e a garantir-lhes um apoio organizado na maternidade e na educação, tratamento e cuidado das crianças, designadamente através da criação de creches e infantários populares.

**12. APOIO À TERCEIRA IDADE E AOS DEFICIENTES**

Em comparação com a população da maior parte dos países, a população portuguesa é uma população envelhecida. Por exemplo, em 1973 havia 1 268 000 homens e mulheres com mais de sessenta anos de idade, dos quais cerca de metade tinha mesmo mais de setenta anos.

Acontece que apenas um quarto destas pessoas sofre de velhice — mesmo assim uma esmola humilhante e miserável, como todos os reformados sabem. Quer dizer que perto de um milhão delas não recebia qualquer pensão.

No que respeita aos deficientes e conforme tem sido repetidamente denunciado, entre outras instituições, pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a situação é igualmente calamitosa.

Os candidatos do MRPP entendem que as autarquias locais não só devem apoiar a luta das pessoas idosas por uma vida condigna e a luta dos deficientes pela sua reintegração social, como devem elas próprias tomar medidas para que, no seu âmbito territorial, seja encontrada uma solução imediata e urgente para os problemas destas camadas do povo.

É que os velhos também são gente e, quanto aos deficientes, a sociedade é que verdadeiramente está deficiente.

**13. ÁGUA E ELECTRICIDADE**

Promover o abastecimento de água e de electricidade ao povo é uma das tarefas das autarquias locais. Porém, as câmaras e as juntas ou não se desempenham dessa incumbência, ou, quando se desempenham, é na mira de obter lucros chorudos e explorar cada vez mais o povo — jamais de o servir. Por exemplo, em 1970 (data a que se referem os últimos números conhecidos), 60% da população portuguesa não tinha água canalizada e 37% não tinha electricidade. Entretanto, as empresas e serviços

municipalizados de distribuição de água e electricidade realizaram lucros fabulosos.

Ademais da água e electricidade para uso doméstico, existe ainda o problema da água e electricidade destinadas à produção, necessidade e exigência dos camponeses pobres e outras camadas do povo trabalhador.

Os candidatos do MRPP estimam que as autarquias locais, quando constituídas por autênticos mandatários do povo, devem encabeçar uma luta tenaz para transformar esta situação.

**Pelo bem-estar do povo!**

**14. TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICOS**

Quanto ao trânsito, tem progredido aceleradamente em matéria de engarrafamentos, mortes e acidentes; e quanto aos transportes públicos têm-se desenvolvido muito, mas em questão de preços de bilhetes... As únicas medidas do Estado e das autarquias têm sido no sentido de agravar continuamente esta situação.

Os candidatos do MRPP chamam a atenção para o facto de que as questões do trânsito e dos transportes públicos são uma boa demonstração de que os governos e órgãos capitalistas não conseguem resolver nem sequer a mais simples das manifestações da anarquia, da irracionalidade e da desordem da sociedade capitalista. Só a luta do povo pode impor que de imediato sejam adoptadas medidas que salvaguardem a sua segurança e melhorem as suas condições e a qualidade do serviço de transportes, assim como só a luta dos trabalhadores pode impor um travão ao encarecimento constante dos preços dos bilhetes.

**15. EDUCAÇÃO E ENSINO**

Os candidatos do MRPP defendem que as juntas de freguesia e câmaras municipais devem elaborar planos precisos para irradiar completamente o analfabetismo no âmbito das suas circunscrições e melhorar a instrução básica dos trabalhadores, através dum movimento de massa voluntário, com cursos e escolas populares, organizadas pelo próprio povo e orientadas pelos seus elementos mais instruídos.

Os candidatos do MRPP lutarão por que seja dado apoio material aos filhos dos trabalhadores que desejem melhorar os seus conhecimentos e prosseguir o seu estudo.

**16. CULTURA E ARTE**

Os candidatos do MRPP apoiarão todas as iniciativas que visem salvaguardar, desenvolver e divulgar os valores culturais e artísticos democráticos do nosso país e do nosso povo, do mesmo modo que combaterão a agressão dos imperialistas e social-imperialistas também nos domínios da cultura e da arte.

Para além daquele apoio e deste combate, os candidatos do MRPP elaborarão um programa de realizações culturais e artísticas a levar a efeito regularmente junto do povo trabalhador; promoverão o intercâmbio entre organizações culturais e artísticas democráticas e populares; estimularão a criação de organismos e associações de cultura e arte; reverão a política dos subsídios actualmente concedidos pelas autarquias, retirando os que porventura tenham sido dados a organismos fascistas e social-fascistas; e examinarão as condições em que estão a ser usadas as salas e outros equipamentos autárquicos adstritos ao trabalho da cultura e da arte.

**Por uma cultura e arte novas e para as massas trabalhadoras!**

**17. SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA**

Os candidatos do MRPP lutarão para que as autarquias locais, por onde venham eventualmente a ser eleitos, sejam dotadas dos organismos que permitam prestar assistência e tratamento ao povo dessas circunscrições.

Relativamente aos organismos e instituições já existentes (lares, albergues, postos médicos, hospitais locais, etc.) trata-se de melhorar os seus serviços e organizar a gestão deles pelos próprios trabalhadores sob controlo do povo das autarquias.

**18. DESPORTO E ACTIVIDADES RECREATIVAS**

Os candidatos do MRPP, defendendo que a educação física e o desporto exercem um papel muito importante na vida e na saúde das massas trabalhadoras, opõem-se à política seguida pela classe dominante de usar o desporto, a educação física e as actividades recreativas para suscitar divisões no seio do povo, a fim de mais facilmente o oprimir e explorar.

**Combatendo o desporto para elites e a competição**

a todo o custo, os candidatos do MRPP entendem que o fundamental é promover e organizar o desporto e a educação física para servir a saúde e a robustez das amplas massas populares e desenvolver entre elas uma forte amizade, unidade e solidariedade.

Nesse sentido, os candidatos do MRPP apoiarão a actividade dos clubes e associações desportivas pequenas e pobres e incentivarão o povo e particularmente a sua juventude a associarem-se e a cooperarem para a prática dum desporto que sirva efectivamente as amplas massas e a sua luta contra os exploradores.

## 19. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

Segundo o recenseamento da habitação, efectuado em 1970, 61% da população do país não dispunha de nenhum sistema de recolha de lixos, 83% não tinha acesso a qualquer tipo de esgotos, 40% não dispunha de quaisquer instalações sanitárias e 23% não tinha nem água, nem luz, nem sanitários, nem casa de banho. Estes índices atingem níveis inacreditáveis particularmente nos concelhos rurais.

É claro que a situação actual não modificou substancialmente os dados de há meia dúzia de anos, pese embora o rio de promessas dos governos e dos partidos oportunistas. Uma tal situação constitui apenas mais uma demonstração da opressão e exploração das massas trabalhadoras pela classe dos capitalistas e dos latifundiários.

Os candidatos do MRPP pensam que com a mobilização do povo se pode impor pela luta uma modificação desta realidade e uma melhoria da vida do povo, mas que, como em todos os outros assuntos, só a destruição do sistema de exploração em que o povo vive pode resolver de raiz o assunto.

## 20. ORÇAMENTO E FINANÇAS

Embora o governo "socialista" e todos os oportunistas falem muito em "poder local" e repitam em todos os quadrantes que "Portugal não é Lisboa" nem o "Terreiro do Paço", o certo é que eles não se esquecem de sugar com os impostos o povo em todo o país, e depois levar o dinheiro para Lisboa, para o Terreiro do Paço, donde segue frequentemente e directamente para a carteira deles, oportunistas. E embora recolham em todo o país o dinheiro dos impostos, "esquecem-se" de devolvê-lo, ao menos na proporção em que o colhem, para as autarquias donde provêlo - para o "poder local" de que falam.

Significa isto que as receitas das autarquias locais são apenas as que as leis administrativas consignam - e são ridículas, comparadas com as receitas do Estado obtidas na mesma circunscrição territorial. Para receber, o funil da Fazenda é de boca larga; para devolver, é de bico estreito. Este é um dos processos pelos quais o Estado da classe dominante controla apertadamente os seus órgãos locais e mantém a estrutura reaccionária desses órgãos. Logo que os candidatos do povo quiserem realizar qualquer empreendimento de interesse popular, logo também depararão, se não com a repressão política, pelo menos com o cerco e estrangulamento económico - que é uma forma mais subtil e "democrática" de reprimir as veleidades dos ingénuos...

Os candidatos do MRPP, caso sejam eleitos, procederão à revisão do sistema fiscal das autarquias, por forma a aliviar os encargos pesando directamente sobre o povo, ao mesmo tempo que, na base do plano de actividades a apresentar ao povo para aprovação, elaborarão o respectivo orçamento de receitas e despesas e encabeçarão a luta dos trabalhadores para exigir do Estado e do governo as dotações necessárias do cumprimento do plano aprovado.

Os candidatos do MRPP prestarão contas públicas ao povo dos dinheiros arrecadados e da forma como foram utilizados, pois que não desejam de maneira nenhuma ser confundidos com os partidos burgueses que malbaratam e desviam em proveito próprio os fundos das autarquias. Veja-se o caso, por exemplo, do P" C" P no Seixal, etc., etc.

## 21. DOS FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS

Os candidatos do MRPP apoiam as reivindicações

justas dos funcionários administrativos das autarquias e a sua luta pela organização sindical.

Os candidatos do MRPP denunciarão todos os compadrios e nepotismos de que tenham conhecimento no preenchimento dos lugares de funcionários das autarquias.

Os candidatos do MRPP entendem que os funcionários administrativos, nas autarquias para onde venham eventualmente a ser eleitos, devem servir o povo com a máxima solicitude e correcção e não tolerarão qualquer desvio nesta matéria.

Os candidatos do MRPP entendem que deve ser denunciado e expulso das autarquias todo e qualquer elemento corrupto, traidor ao povo e opressor do povo.

## 22. ACERCA DAS POLÍCIAS MUNICIPAIS

Em certos concelhos constituiu-se por vezes uma polícia municipal sob a direcção directa do presidente da câmara e do município. Assim como nas freguesias existem frequentemente agentes policiais deste tipo, conhecidos pela designação de cabos-de-ordem.

Os candidatos do MRPP entendem que estas polícias devem ser desmanteladas e os seus agentes licenciados e enviados para o trabalho produtivo.

Os candidatos do MRPP defendem que o próprio povo se deve organizar para, rotativamente, desempenhar e realizar as necessárias missões de vigilância e controlo populares, nomeadamente quanto à fiscalização de mercados, dos abastecimentos, dos preços, do controlo dos elementos desclassificados e na detenção dos prevaricadores e criminosos. Todos os trabalhadores, homens e mulheres, podem e devem desempenhar esta tarefa, que não lhes exigirá mais do que um dia por mês ou por quinzena.

Tal é o programa de acção da nossa candidatura; o programa concreto do seu mandato popular; e, com efeito, o programa que corporiza o vosso voto: **o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular.**

## 5. O VOTO

Os candidatos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) estimariam deixar bem claro, junto do povo trabalhador a quem se dirigem, que o seu mandato popular contém uma razão de luta, é animado por princípios de luta, norteia-se por uma política de luta e exprime-se num programa concreto de luta. No fundo, ele contém uma só promessa, um único compromisso: uma promessa de luta, um compromisso de lutar.

Sem luta dura, sem um partido revolucionário que esteja à frente dessa luta, o povo nada terá. E na luta persistente, tenaz, obstinada, contra os seus inimigos que o povo trabalhador forja a sua unidade de acção, eleva a sua consciência, robustece a sua firme decisão de vencer e obtém efectivamente a vitória.

Enganam o povo todos os politicistas sem escrupulos, todos os charlatães e sacripantas da política que vos prometerem a vitória sem batalha, a felicidade sem luta, o fim da exploração do homem pelo homem sem combate. Os que o fazem, são os que pretendem adormecer os trabalhadores e narcotizar a sua resistência, para poderem continuar a oprimi-los e a explorá-los cada vez mais. São os patrões, os velhos e novos patrões monopolistas e latifundiários, e os lacaios de uns e de outros, os oportunistas de todos os matizes.

O povo conhece-os bem de sete governos provisórios; ou, pelo menos, começa a conhecê-los bem, ao fim de sete governos provisórios e de muitos governos fascistas. Ao fim de muita demagogia, de muitas promessas não cumpridas.

A classe operária e todo o povo trabalhador devem imbuir-se duma determinação férrea e ousar transformar o sufrágio de 12 de Dezembro - que uns quantos querem "apolítico" - numa demonstração política da sua vontade de emancipação.

A vontade do seu voto: **o voto do povo, nos candidatos do povo e no mandato popular.**

# VOTA MRPP

# O VOTO DO POVO NOS CANDIDATOS DO POVO E NO MANDATO POPULAR